

**CAMPESINATO E CAPITAL NO PONTAL DO
PARANAPANEMA: CONFLITOS E PERSPECTIVAS**
**CAMPESINADO Y CAPITAL EN EL *PONTAL DO*
PARANAPANEMA: CONFLICTOS Y PERSPECTIVAS**

Munir Jorge Felício¹
munir@unoeste.br

RESUMO

Esse estudo almeja discutir as relações entre o campesinato e o capital a partir das análises dos pesquisadores de diversas áreas sobre as relações sociais na Região do Pontal do Paranapanema. Defrontar as análises por meio do debate paradigmático entre dois paradigmas – o da questão agrária e o do capitalismo agrário – pode ampliar a compreensão da questão agrária desenvolvida historicamente nessa região. A conflitualidade presente nessa região demonstra o embate entre o capital e o campesinato, em que o capital lança suas forças visando desenvolver a territorialidade para a sua dominação e o campesinato tentar impor limites freando esse avanço ao erguer suas barreiras com ocupações de terra e diversas manifestações. O método dialético e a luta de classes são imprescindíveis para o estudo da questão agrária como questão estrutural no capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária; campesinato; debate paradigmático; políticas públicas

RESUMEN

Ese estudio almeja discutir las relaciones entre el campesinado y el capital a partir de las análisis de los investigadores de diversas áreas sobre las relaciones sociales en la Región del *Pontal do Paranapanema*. Afrontar las análisis por medio del debate paradigmático entre dos paradigmas – el de la cuestión agraria y del capitalismo agrario – puede ampliar la comprensión de la cuestión agraria desarrollada históricamente en esa región. La conflictividad presente en esa región demuestra el embate entre el capital e el campesinado, en que el capital lanza sus fuerzas visando desarrollar la territorialidad para su dominación y el campesinado intenta imponer límites frenando ese avance al alzar sus barreras con ocupaciones de tierra y diversas manifestaciones. El método dialéctico y la lucha de clases son imprescindibles para el estudio de la cuestión agraria como cuestión estructural en el capitalismo.

PALABRAS CLAVE: Cuestión agraria; campesinado; debate paradigmático; políticas públicas

INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta alguns resultados parciais do projeto de pesquisa² cujo objetivo consiste em ampliar a compreensão da complexidade da questão agrária nacional, tomando como referência as políticas de desenvolvimento regional do Pontal do

¹ Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA - UNESP

² Convênio UNESP/UNOESTE 2012/2013.

Paranapanema. Essa região do Estado de São Paulo tem suscitado pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e na Geografia em especial. Trata-se de diferentes análises construídas pelos pesquisadores com distintos referenciais teóricos, intencionalidades e opções políticas, todavia, percebem-se carências e lacunas indicando a insuficiência das e nas investigações não só no Pontal como em todo o Brasil, como ressalta Neves (2007, p. 228) “o conhecimento científico acumulado sobre a real situação econômica da agricultura familiar brasileira continua muito precário”. O capital tem avançado com muito mais competência e rapidez tentando territorializar sua dominação (CECENÃ, et al, 2007), com estratégias internacionalizadas para majorar o processo de acumulação capitalista (RAMOS FILHO, 2011).

Ao participar dessas discussões sobre a questão agrária este estudo propõe o debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário como forma de demarcar territórios teóricos e políticos. Visa também compreender as formas de resistência camponesa aos processos de expropriação, expulsão e exclusão social, analisando as disputas políticas inerentes aos projetos de desenvolvimento regional. Analisar as repercussões sociais, políticas, econômicas e ambientais inerentes aos modelos de desenvolvimento regional. Elucidar as disputas territoriais implementadas pelos modelos de desenvolvimento regional, tomando como base a política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário, denominado “Territórios da Cidadania”, no Pontal do Paranapanema. Estudar as formas das conflitualidades desencadeadas pelos movimentos socioterritoriais e seus elementos estruturais com repercussões nacionais e internacionais. Encontra-se em construção desde a década de 1990 o conceito de movimentos socioterritoriais como movimentos produtores de espaços e transformadores de espaços em territórios (FERNANDES, 2008; PEDON, 2009). O presente estudo almeja contribuir com esse processo de reconceituação dos movimentos sociais/populares por meio das categorias geográficas de espaço e território.

A metodologia exigida pelo tema em estudo confrontará as interpretações ao realizar a pesquisa bibliográfica visando conhecer a gênese, o desenvolvimento e as especificidades da questão agrária e do desenvolvimento regional do Pontal do Paranapanema. Destaca-se a importância do levantamento das informações referentes à presença e atuação dos movimentos socioterritoriais e às políticas públicas no campo e, em particular, ao que se refere ao desenvolvimento regional que implica a análise da estrutura agrária e da gestão do espaço rural.

Pretende-se estabelecer a relação entre os conteúdos das diferentes políticas implementadas e as transformações ocorridas no campo e, em particular, no tocante ao desenvolvimento de novas relações sociais advindas dos movimentos socioterritoriais e da luta de classes no campo. Na pesquisa documental para conhecer as políticas públicas serão buscadas nos órgãos e instituições pertinentes, a exemplo no Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aplicando na região do Pontal do Paranapanema o que lhe couber.

Toda essa pesquisa bibliográfica e documental motivará um aprofundamento sobre as diretrizes de atuação política dos governos federal e estadual no que se refere à questão agrária, ao avanço do capital, aos movimentos socioterritoriais e as políticas públicas bem como da interferência exercida pelos órgãos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio) procurar-se-á analisar o discurso oficial por meio da consulta a jornais, revistas e documentos publicados no período em análise.

Serão realizados trabalhos de campo em áreas onde estão instalados acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Estes serão momentos para realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários com camponeses e suas lideranças, políticos, gestores públicos, e outros sujeitos. Mesmo nesta fase, não serão desprezadas as informações quantitativas, que sejam úteis para melhor aproximação da realidade.

A proposta para os trabalhos de campo iniciará com a investigação dos movimentos socioterritoriais e das políticas públicas via Territórios da Cidadania da região do Pontal do Paranapanema. Por ser considerável e importante utilizar-se-á do acúmulo de pesquisas do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA na realização de estudos sobre os movimentos socioterritoriais e sobre os impactos socioterritoriais dos assentamentos de reforma agrária, elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos de Reforma Agrária (PDA's).

Essa região do Estado de São Paulo caracteriza-se pela elevada concentração fundiária e intensos processos de luta pela terra que resultam em assentamentos de reforma agrária que têm passado por forte pressão mediante o processo de territorialização do agronegócio. Ademais, o NERA desenvolve o projeto Rede DATALUTA que monitora permanentemente as ocupações de terras, número de famílias acampadas e assentadas em projetos de reforma agrária e identificação e análise do perfil dos movimentos socioterritoriais que atuam na região, bem como, no restante do campo brasileiro, com

extenso e variado volume de microdados sobre os processos de luta pela terra em curso no Brasil.

Durante o andamento da pesquisa, com o intuito de alcançar os objetivos e elucidar as questões levantadas, será executada uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema referente à ocupação histórico-econômica do território regional, dos conflitos sociais decorridos no campo e das distintas construções teóricas sobre o tema e sobre as políticas públicas no sentido de atender as reivindicações e demandas dos movimentos socioterritoriais.

As metodologias fundamentais de investigação a serem aplicadas serão a análise comparativa, assim como a aplicação dos sistemas de informação geográfica que tem como fontes de informação a investigação de campo, a consulta do material estatístico de várias instituições do país e a as estatísticas internacionais.

O CAMPESINATO E O CAPITAL SE DEFRONTAM NO PONTAL DO PARANAPANEMA.

A atualidade e a complexidade da questão agrária da região do Pontal do Paranapanema foram vinculadas em matérias jornalísticas por meio de reportagens do Jornal O Imparcial nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2012. Como manchete principal, o jornal do dia 04 informava que a região tem 23 fazendas aptas à exportação de carne para o mercado europeu. “Mapa divulgou ontem a lista de fazendas aptas a fornecer bovinos para abate e venda de carne *in natura* para a União Europeia; 23 propriedades de 13 municípios da região estão cadastradas no Sisbov e podem negociar com o bloco”³.

Para estar nesta seleta lista, a propriedade deve manter o rebanho vacinado e cadastrado no Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV. Todo esse controle exige a aquisição de equipamentos específicos, como aquele que faz a rastreabilidade, por exemplo, o que impõe ao pecuarista um alto desembolso financeiro. Essas especificidades garantem o retorno financeiro obtido com a exportação da carne bovina para a Europa.

O mesmo jornal no dia seguinte na p. 4b trazia outra notícia da região: “150 pessoas do MST invadem fazenda em Rancharia”. Trata-se da ocupação da Fazenda Santa Fé por 150 trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da

³ Jornal O Imparcial, nº 18.633, 1 a, 04/02/2012.

Base. A ação faz parte do Janeiro Quente somando 15 ocupações de terra pelos trabalhadores em terras da região para pressionar as autoridades e os órgãos públicos a realizar a Reforma Agrária.

Vincular essas duas notícias é condição necessária para fazer emergir a questão agrária como questão estrutural engendrada pelo avanço do sistema capitalista no campo em que o capital e o campesinato disputam terras e significados. A disputa regional ganha amplitude quando se considera que no Brasil, desde o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, há na esplanada dos ministérios duas pastas que tratam do desenvolvimento rural: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA com políticas distributivas e de apoio à produção com subsídios e créditos agrícolas voltados para a agricultura empresarial. E o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – com políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, a política nacional de assistência técnica e extensão rural, ao qual está vinculado a Secretaria de Reorganização Agrária que cuida do INCRA e da reforma agrária. Para Sabourin (2009)

Não há apenas uma política agrícola dualista entre agriculturas familiares (MDA) e patronais (MAPA); há também uma pluralidade de políticas e ministérios. É natural que o Brasil, país-continente de agricultura tão diversificada, não disponha de uma única e só política agrícola. Porém a tendência que prevaleceu consistiu em satisfazer a cada setor de acordo com sua capacidade de reivindicação. Em decorrência, privilegiou-se o apoio à agricultura patronal, que dispõe de muita força no Congresso Nacional e nos governos dos principais estados. Por outra parte, medidas compensatórias estão distribuídas entre os diversos setores da agricultura familiar e camponesa. A falta de orientação geral, de um verdadeiro projeto nacional, se faz sentir (SABOURIN, 2009, p. 151).

Esse estudo participa dessas discussões visando compreender a questão agrária como questão estrutural gerada pelo sistema capitalista a partir do desenvolvimento regional procurando identificar de que maneira o capital vem se expandindo e se apropriando dos recursos naturais, sendo a terra a principal dela e as estratégias do campesinato que se desenvolve no sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente, também sendo parte dele.

A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

O avanço do capitalismo na agricultura revoluciona de forma profunda as bases existenciais do campesinato “sem que se torne necessário o capital entrar diretamente na

produção agrária” (KAUTSKY, 1986, p. 22). Desde Kautsky as relações entre capital e campesinato têm sido denominadas de questão agrária constituindo-se em temática estudada por diversos pesquisadores e com diferentes abordagens. O estudo desse relacionamento a partir da realidade e da história da ocupação territorial da região do Pontal do Paranapanema visando compreender o desenvolvimento regional possui dupla importância. A primeira, pela possibilidade da desconstrução das análises propiciando refletir sobre a complexidade dessa questão com os seus elementos novos e velhos. A segunda, por fomentar os debates acadêmicos e políticos ao confrontar as interpretações e distinguir as razões dessas construções visando entender como foram construídas e de que maneira emergem as intencionalidades, os referenciais teóricos escolhidas pelos pesquisadores por suas opções ideológicas e políticas que o trabalho científico necessariamente exige.

A exemplo de Leite (1981) diversas análises tentaram demonstrar que a ocupação do Pontal do Paranapanema se caracteriza por marcas específicas como: conflitos agrários, grilagem de terra, disputas judiciais, destruição das matas nativas e da flora e fauna, violência e expulsão de posseiros, resistência camponesa e truculência dos latifundiários grileiros, entre outras. Entende Leite (1981, p. 241) que “na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, [...]”, numa demonstração inequívoca do interesse do capital em se expandir e se apoderar dos recursos naturais presente neste território. Ao se expandir sobre a agricultura o capital procura fazê-lo com a mesma lógica que ele desenvolve com as indústrias. Frente às iniciativas do capital a resistência do campesinato constrói barreiras por meio das ações e das organizações camponesas como a luta pela terra e pela Reforma Agrária, a implantação de assentamentos rurais e as inúmeras mobilizações dos movimentos socioterritoriais como foram analisadas por Pedon (2009).

É relevante o estudo da questão agrária, pois sua complexidade permite defrontar as análises construídas com teorias que compõem os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. O debate paradigmático contribui para o esclarecimento da conflitualidade ao utilizar os recursos do método dialético a partir da luta de classes. Ao estudar a territorialidade da conflitualidade, Fernandes (2008) explica que

*A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente – nos planos teórico e prático – a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento. Santos (1999) apresenta algumas idéias-elementos contidas no conceito de *conflitualidade*. As idéias-elementos são: 1)*

complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogênicos; 2) historicidade e espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) posicionamento ante os efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtoras de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (Santos, 1999, pp. 12-3) (FERNANDES, 2008, p. 177. Grifos no original).

Uma das contribuições pretendidas com o presente estudo consiste em ampliar a discussão sobre o desenvolvimento regional. Historicamente o capital tem se expandido na agricultura dessa região implantando um modelo de desenvolvimento marcado pela concentração de terra e pela subordinação do campesinato. É preciso ressaltar a necessidade de diversos estudos sobre o desenvolvimento regional com os quais elucidar de que forma acontece a disputa territorial, uma vez que capital ainda não se consolidou nesta região, apesar de seu interesse cada vez mais intenso por ela. Origuéla (2011) apresenta alguns elementos da complexa questão agrária para serem analisados como:

A diminuição no número de ocupações de terra e acampamentos, as dissensões dos movimentos socioterritoriais, os processos de mobilização de família que se concentram nas cidades, a conciliação da vida no acampamento com outras atividades, o avanço do agronegócio canavieiro e a disputa territorial, a repressão aos movimentos socioterritoriais e a demora na arrecadação de terras para a implantação de assentamentos rurais (ORIGUÉLA, 2011, p. 63).

Outra contribuição consiste na compreensão da soberania alimentar e energética e a monocultura de agrocombustíveis que vem ocupando as terras da Região do Pontal do Paranapanema impulsionados pelo agronegócio canavieiro com a implantação das plantas de usinas com capacidade para moer 4.000 toneladas/dia. Felício (2008) destaca que

A realidade agrária que se encontra em franco desenvolvimento é simultaneamente produto e processo do avanço capitalista do modo de produção no campo e na cidade. As novas configurações e novos protagonistas presentes nesta realidade agrária e agrícola confirmam o modelo econômico de concentração das terras e centralização da renda e da riqueza tanto no campo, quanto na cidade. Neste sentido, a questão agrária do século XXI possui particularidades e especificidades que exigem estudos e pesquisas para poder conhecê-la e explicá-la (FELICIO, 2008, p. 42).

Conhecer a questão agrária do século XXI exige refletir as análises construídas proporcionando um embate entre os significados tentando conhecer a visão de mundo que acompanhou o pesquisador quando ele procurava entender as realidades que se desenvolviam com o avanço do capitalismo na agricultura. É o que será visto a seguir.

A QUESTÃO AGRÁRIA E O DEBATE PARADIGMÁTICO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

A questão agrária está marcada pela disputa das terras e dos significados na Região do Pontal do Paranapanema. Das terras, pelo enfrentamento entre o capital e o campesinato visando o controle e o domínio do território. Dos significados, pelo debate paradigmático entre dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário, na tentativa de compreender a ocupação e o desenvolvimento regional. A luta do campesinato faz parte da história da ocupação deste território, situado no extremo oeste do Estado de São Paulo, região marcada por intenso processo de grilagem de terras, de destruição, devastação e morte. Marcada também pela expansão do capital que, à medida que se expande provoca profundas alterações nas relações de produção, as quais, impulsionadas pela industrialização e mecanização do processo produtivo modificam as formas de ocupação do território e acirra a luta de classes. Diante destas constatações foram construídas análises visando interpretar o embate entre capital e campesinato. Dentre elas se destacam as de Hespanhol (2000); Silveira (1990); Felício (2011) e Mazzini (2007), entre outras.

As análises de Hespanhol (2000) ressaltam a ocupação da região impulsionada com a expansão do capital numa estrutura fundiária profundamente desigual e altamente concentrada por estar sob a égide das leis capitalistas. As estratégias do campesinato foram importantes como forma de adaptá-los promovendo sua integração como mero coadjuvante, integrado e subalterno. Entre suas considerações estão as teses defendidas pelo paradigma do capitalismo agrário. Segundo esse paradigma não existe questão agrária na expansão do capital na agricultura, pois os problemas agrários engendrados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio.

Silveira (1990) ao constatar o desenvolvimento da luta de classes provocada pelo avanço do capital na agricultura entende que trata-se de embates que visam o controle e o domínio do território num intenso processo de formação dos agricultores. Suas análises

verificaram os processos que estabelecem a articulação da produção camponesa com o capital no período histórico de 1940 a 1985, avaliando a função que o campesinato desempenhou dentro do processo de ocupação capitalista. Entre suas considerações estão as teses defendidas pelo paradigma da questão agrária segundo o qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura.

Nota-se que diante do mesmo fenômeno as perspectivas apontadas por cada um dos paradigmas são distintas devido às teorias científicas que cada um utilizou. Esse embate foi analisado por Felício (2011) por meio de uma proposta metodológica para estudar a complexidade da questão agrária. À medida que essas discussões se intensificam, vão emergindo as condições indispensáveis para se desvendar as razões e os motivos dos modelos explicativos dentro das análises, tais como: os referenciais teóricos, as ideologias, as intencionalidades e as opções políticas, entre outros.

As análises de Mazzini (2007) averiguaram que a qualidade de vida nos assentamentos pode ser referência para implantação de políticas públicas no campo. “Trazem inevitavelmente impactos visíveis no meio em que são inseridos e benefícios não só às famílias assentadas, mas a toda população rural que indireta e diretamente são beneficiadas com a infra-estrutura implantada” (p. 187). A melhoria nas estradas, instalação de escolas no campo, implantação de postos de saúde fazem parte dessa infra-estrutura que só foram disponibilizadas no campo como políticas públicas devido à pressão popular organizada pelos movimentos camponeses.

Os movimentos camponeses organizam as famílias trabalhadoras e iniciam a luta pela conquista da terra com os processos de ocupação, resistência e produção. Essa luta inicial é importante, pois ela garante os meios de vida e será suporte necessário para as reivindicações das principais políticas públicas: água, luz, habitação, saúde, educação, estradas, instalações sanitárias, postos de saúde, áreas comunitárias, barracões de armazenamento, crédito e assistência técnica. Essas reivindicações provocaram impactos e transformaram a paisagem como constata Mazzini (2007, p. 197): “Os impactos socioterritoriais são perceptíveis nas transformações provocadas na paisagem do campo pela implantação dos assentamentos rurais e pelas alterações na qualidade de vida das famílias assentadas”.

Para compreender a questão agrária e o desenvolvimento regional é importante conhecer análises contendo abordagens na escala nacional. Nelas são destacadas temáticas como: as resistências históricas dos trabalhadores do campo, os modelos de desenvolvimento territorial, as políticas públicas implementadas devido às lutas sociais, a

luta pela Reforma Agrária, entre outras. Dentre os teóricos que trabalharam essas e outras temáticas se destacam, pela importância de suas construções analíticas: Navarro (2005; 2008); Martins (2004); Oliveira (2002; 2007) e Fernandes (2008).

Navarro (2005), ao interpretar a emergência das lutas sociais em áreas rurais nos últimos trinta anos, tendo o MST como referência, entende que houve mobilização sem emancipação. A não emancipação social e política dos pobres do campo devem-se ao desencontro entre o corpo diretivo da organização e sua base social e aos impasses produtivos nos assentamentos. Mesmo por que o assentado, como entende Navarro (2008), é o “novo agricultor familiar” e a agricultura familiar é unidade produtiva do agronegócio por estar integrada na lógica capitalista, tecnificando seu processo produtivo e maximizando sua produção. Por conseguinte, é falsa a distinção entre campesinato e agronegócio. A tentativa de diferenciação é muito mais teórica do que prática e os movimentos camponeses propiciam alienação e não libertação, como pregam seus dirigentes.

Para Martins (2004) a inutilidade das atuações dos movimentos camponeses, entre outras razões, deve-se aos grupos de mediação que introduziram nas lutas populares o seu próprio movimento social e o seu próprio hibridismo de classe. Os grupos de mediação de que fala Martins são dois: a CPT e o MST. Martins (2004, p. 21) afirma que:

MST e CPT perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política, nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político.

Para Martins (2004, p. 39-40) é inútil lutar pela Reforma Agrária, pois ela vem sendo feita pelo Estado desde 1964. O que está em disputa, na verdade, é a forma da Reforma, é o choque dos projetos históricos é o embate das interpretações. E propõe entender essa disputa política revisando e revisitando dois temas históricos pendentes: a questão do trabalho livre (o fim da escravidão) e a questão agrária (1850 com o advento da Lei de Terras).

Os movimentos e as organizações populares, alerta Martins (2004), parecem engessados na moldura dos confrontos do período ditatorial (1964-1989) enquanto a sociedade e o Estado se transformam mais depressa. Os grupos afundaram numa prática própria do tempo da ditadura, a de desestabilizar o governo e precipitar crises institucionais

perdendo o foco original que é a luta por Reforma Agrária. Essas análises de Martins contrastam com outra construída por ele em outro texto (MARTINS, 1981) configurando uma mudança interpretativa significativa como elucida Felício (2011, p. 40-43). Essa alteração paradigmática corrobora com a proposta apresentada neste estudo referente a imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para ampliar a compreensão da questão agrária e dos seus desdobramentos.

A violência no campo no Brasil segundo Oliveira (2002) não escolhe lugar ou tipo de vítima, o motivo parece estar na estrutura latifundiária e na incapacidade do capital em absorver e gerar empregos para uma massa cada vez maior. A posição do Estado tem sido buscar a desarticulação, quer pela ação repressiva, quer pela sumária ignorância, o Estado tem atuado de modo a tentar conter seus avanços. Para Oliveira (2002), o regime militar (1964-1989), durante mais de 20 anos, conviveu, consentiu e promoveu um verdadeiro leilão das terras públicas deste país entre latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial. Soldou uma aliança entre a burguesia industrial e os latifundiários, como descreve Oliveira (2007, p. 123-124. Itálicos no original):

A segunda pedra movida, no tabuleiro da Amazônia, pelos estrategistas do governo militar foi a promulgação do Decreto-Lei nº 1.179, de 6/7/71, também pelo General Médici que instituiu o “Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste” – PROTERRA – com o “*objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão-de-obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE*”.

A leitura e a análise empreendida por Oliveira (2002; 2007) contribui com os esclarecimentos do caráter rentista do capitalismo no Brasil, compreendendo o desenvolvimento do capitalismo moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Numa estrutura fundiária extremamente concentrada a modernização da agricultura consolidou ainda mais a crescente concentração. Desta forma, justificam-se as ocupações coletivas de terras empreendidas pelos movimentos camponeses como forma de apressar a realização da Reforma Agrária tantas vezes propaladas pela elite política e negada pela força das armas.

Para Fernandes (2008) a presença e a atuação dos movimentos camponeses constituem na criação de um modelo alternativo de desenvolvimento rural guiado por lógica distinta do modelo de desenvolvimento rural que vem sendo denominado agronegócio. Enquanto esse modelo visa grandes faixas de terras onde produz commodities para exportação, aquele desenvolve seu potencial com a produção de

alimentos para o mercado interno impulsionado mais pela diversidade do que pelo produtivismo, organizando os produtores em cooperativas e associações e utilizando de forma sustentável os recursos naturais, cuidando do meio ambiente e de suas fontes renováveis. Assim, observa Fernandes,

a conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (2008, p. 180).

Este debate está presente nas discussões teóricas acadêmicas e nas discussões dos movimentos socioterritoriais objetivando convencer ou derrotar oponentes. Ele está presente nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo disputa intelectual na qual se confrontam compreensões e leituras que indicam alternativas distintas. Ele está presente também nas discussões, como o que ocorre, por exemplo, entre as perspectivas da Via Campesina. A Via Campesina⁴ é um movimento internacional que coordena organizações camponesas em 56 países organizados em oito regiões: Europa, Este e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África, desde abril de 1992. Entre suas prioridades estão o desenvolvimento da solidariedade e a unidade dentro da diversidade objetivando promover relações econômicas de igualdade e de justiça social, a preservação do meio ambiente, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável, entre outros. Assim, nesta disputa intelectual, seja na academia, seja nos movimentos socioterritoriais, confrontam-se compreensões e leituras contendo alternativas distintas, como evidenciado nas análises até aqui apresentadas.

A ocupação da terra, a resistência dos camponeses e a produção no campo são indispensáveis politicamente, pois exigem respostas do Estado às situações de conflito, à constatação de necessidades coletivas e essas necessidades para tornarem-se políticas públicas precisam ser reconhecidas, problematizadas e assumidas por sujeitos coletivos. Essa materialização da luta pela terra se dá pela disputa por territórios num processo de desterritorialização do capital, ocupando os latifúndios e reterritorializando os camponeses de produção familiar. Por conseguinte, a implantação dos assentamentos de Reforma Agrária e a ampliação das possibilidades de acesso às políticas públicas são exigidas por um contingente populacional que, de outra forma, estaria excluída das possibilidades de ampliar

⁴ www.viacampesina.org.br e www.fetrafsul.org.br.

seu bem-estar familiar e coletivo. Elucidando a compreensão de Martins (2004, p. 46) de que a criação dos assentamentos consiste numa “verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”.

Hespanhol (1997) ao analisar as políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira propõe um quadro geral para compreender o desenvolvimento nas décadas de 1960 a 1980. Explica que, enquanto os pequenos produtores não conseguiram alterar sua base técnica produtiva sofrendo a exclusão do meio rural em virtude do caráter excludente e concentrador do processo modernizante, a oligarquia rural, os latifundiários usufruíram dos subsídios governamentais ampliando seu peso político e fortalecendo suas organizações.

Para Hespanhol (1997) os governos militares selaram um verdadeiro pacto com a classe dominante (burguesia urbana-industrial e aristocracia rural) em favor da chamada modernização da agricultura brasileira que se inicia na década de 1950, todavia torna-se expressiva a partir de meados dos anos 1960. Até meados dos anos 1960 a agricultura brasileira era rotulada de feudal em virtude da elevada concentração fundiária, da reduzida produção, dos baixos níveis de produtividade e da pequena articulação do setor ao mercado.

Entre 1965 e início dos anos 1980, no entender de Hespanhol (1997), o crédito rural subsidiado denominado Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – constituiu-se no principal instrumento de política agrícola. Através da oferta de crédito rural farto e barato, o governo procurou compensar o setor agrícola da transferência de recursos a que estava submetido. Tal medida visava expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais e ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matéria prima para a indústria. De sorte que o processo de modernização da agricultura brasileira foi fortemente subvencionado pelo Estado.

No primeiro e segundo governo Lula três programas são encarregados de promover o desenvolvimento territorial rural, segundo Sabourin (2007). Trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – entregue à Secretaria da Agricultura Familiar; do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR – também denominado de Territórios da Cidadania entregue à Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Programa Nacional de Reforma Agrária entregue à Secretaria da Reforma Agrária. Conforme Sabourin (2007, p. 7):

As três secretarias do MDA confiadas ao Partido dos Trabalhadores foram repartidas entre responsáveis e equipes vindos dos movimentos e organizações sindicais e profissionais, concorrentes entre elas ou ligadas a correntes diferentes do PT: a SRA à Contag, a SAF à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), o Inca ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a SDT às cooperativas da agricultura familiar.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais alcança a Região do Pontal do Paranapanema em 2008 se constituindo em um dos sessenta territórios que serão atendidos na primeira etapa do referido programa. Conforme informações no próprio site do programa (vide informações em www.territoriosdacidadania.gov.br) são investidos no território R\$ 103,6 milhões em ações de apoio a atividades produtivas, cidadania e acesso a direitos e recuperação e qualificação de infra-estrutura. São ações com as quais o governo federal almeja reduzir desigualdades regionais, levar direitos a quem mais precisa e promover o desenvolvimento territorial rural.

As concepções de território da cidadania e de desenvolvimento territorial rural são concepções recentes e, de acordo com Fernandes (2008) emergiram em publicações no início da década de 1990, por conseguinte,

Esses conceitos se tornaram amplamente usados por governos, cientistas e movimentos sociais, e sua aplicação contribui pouco para a compreensão do território em questão, de modo que o desenvolvimento, embora proponha a diminuição da pobreza, acaba por reproduzi-la mais intensamente (FERNANDES, 2008, p. 213).

É necessário, portanto, esclarecer o que se entende por território, pois numa sociedade capitalista o território é o “locus” da luta de classe e os interesses antagônicos e contraditórios são produtores de conflitualidades. O pensamento consensual não lê a realidade a partir desse enfrentamento e por essa razão propicia um enfoque territorial essencialmente integrador desconsiderando o movimento contraditório “em que o mercado, o Estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando alguns e ainda prolongando outros.” (FERNANDES, 2008, p. 215).

Entre as análises ressaltando a importância das participações dos movimentos camponeses na espacialização e na territorialização da luta pela terra destacam-se duas pela forma de elucidação dos dados e das informações: a publicação anual do caderno da Comissão Pastoral da Terra – CPT Conflitos no Campo Brasil e os diversos trabalhos publicados pelo NERA. No Caderno Conflitos no Campo Brasil 2008 constam entre suas análises A Criminalização dos Movimentos Sociais; Povos Indígenas se revoltam contra a

construção de hidrelétricas e Ocupações, Acampamentos e Assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. Os movimentos camponeses fazem parte das resistências históricas dos pobres no campo denunciando o desenvolvimento de um processo contraditório na agricultura brasileira e seu estudo mantém interesse na sociologia, na história, na geografia, na antropologia e em outras ciências.

Entre os teóricos que têm se dedicado aos estudos da mobilidade social destacam-se os estudos de Gohn (1997). Para ela os movimentos se constituem no contexto onde estão estabelecidas as relações de dominação-subordinação e fazem parte dos processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil. Assim como criam um campo político, os movimentos socioterritoriais estabelecem um espaço político promovendo espacialidades pelo trunfo que dispõem: o território. Desta forma, com o trunfo em seu poder ocupam terra, constroem espaços políticos, e promovem espacialidades:

O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Para Pedon (2009) as mobilizações sociais que possuem a conquista do território como objeto de luta, e que se inserem no quadro conflituoso da luta de classes no Brasil, são conceitualizados como movimentos socioterritoriais que se

estruturam a partir das agendas de luta por meio das quais são relacionados as ideologias, os propósitos, os interlocutores (as negociações com o Estado e com os agentes capitalista) e as estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta), e que, ao mesmo tempo, desempenham papel de instrumentos de conformação identitária. (PEDON, 2009, 182-183).

Considerando as reflexões apontadas e a pretensão de analisar essas realidades e pensamento na maior amplitude possível, esta proposta de investigação se propõe a contribuir com a construção de um pensamento crítico a respeito dos elementos que compõe a questão agrária e, de maneira especial, o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o capital avança tentando implantar sua lógica industrial no campo provoca alterações nas relações sociais por querer ampliar, ao máximo sua acumulação, e se

tornar cada vez mais hegemônico. Na Região do Pontal do Paranapanema a expansão capitalista concentrou ainda mais a estrutura fundiária malgrado as resistências do campesinato com suas estratégias e mobilizações.

O estudo da complexidade dessa questão agrária visando refletir nas especificidades e nas nuances das disputas territoriais entre o campesinato e o capital, por meio de diversas abordagens, poderá ampliar a compreensão e indicar as tendências em meio ao desenvolvimento dos agrocombustíveis pelo capital e da luta pela soberania alimentar pelo campesinato.

O campesinato nesta região vive um dilema: plantar feijão ou plantar cana de açúcar? Ocupar as terras devolutas e resistir exigindo do Estado a implantação de políticas públicas com as quais desenvolver uma agricultura camponesa como explicou Ploeg (2008) capaz de recuperar os recursos naturais ou se submeter à precarização e exploração do trabalho? Essa pesquisa quer discutir essas temáticas, entre outras e fomentar o debate acadêmico e político.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** São Paulo: Hucitec, 1992.

CECENÃ, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**, Buenos Aires, 2007.

FELICIO, Munir Jorge. **Apontamentos para ampliar a compreensão da questão agrária no século XXI**. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*, volume 35, Jan/Dez, p. 41-58, Andradina (SP), 2008.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214 folhas. Tese (Doutorado em Geografia), apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antonio Márcio (org.) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008, p. 173-224.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira.** In: *Revista Faz Ciência*, volume 1, nº. 1, p. 38-49, Francisco Beltrão, 1997.

HESPANHOL, R A de Medeiros. **Produção Familiar: perspectivas de Análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP.** 2000. 354 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada no Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** 1981. 256 f. Tese (Livre-Docência), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista – “campus” de Presidente Prudente.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária O Impossível Diálogo** São Paulo: Edusp, 2004.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MAZZINI Eliane Jesus de Teixeira. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. 324 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente.

MENDRAS, Henry. **La Fin des paysans.** Paris : Actes Sud, 1984.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a historia lenta e a ‘sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXII, 2008, Caxambu (MG). Anais, Caxambu (MG) (no prelo).

NAVARRO, Zander. **Mobilização sem emancipação – As lutas sociais dos sem-terra no Brasil,** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189-232, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: questões metodológicas.** Revista ABRA, nº 2 e 3, volume 25, maio/dez, p. 21-36, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros.** In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (orgs.). *Geografia Agrária teoria e poder.* São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e indústria no Brasil.** Boletim Paulista de Geografia, n.º 58, setembro, 1981; p. 5- 64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo.** 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Paradigma e metodologia da questão agrária: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema.** 2011. 98 f. Monografia de bacharelado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente.

PLOEG, Jan. Douwe. Van. Der. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A Contrarreforma Agrária no Brasil no início do século XXI.** In: **IV Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho**, mesa redonda: “**Movimentos Sociais no campo: territórios de conflito**”, realizado na Universidade Federal de Sergipe de 29 a 31 de agosto de 2011, in mimeo.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? In: Sociedade e Estado**, volume 22, n.º 3, Brasília, setembro/dezembro 2007.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil Entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). 1990. 196 folhas. Tese (doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH – USP, campus São Paulo.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.